

EXÉRCITO**Comando do Pessoal****Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal****Repartição de Pessoal Civil**

Rectificação n.º 995/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 10 057/2006 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, de 8 de Maio de 2006, rectifica-se que onde se lê «despacho (extracto) n.º 677, de 24 de Fevereiro de 2006» deve ler-se «despacho (extracto) n.º 6131/2006». (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Junho de 2006. — O Chefe da Repartição, *António José dos Santos Matias*, COR ENG.

Repartição de Pessoal Militar não Permanente

Portaria n.º 1038/2006 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército promover ao posto de tenente desde 3 de Janeiro de 2006, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade e os efeitos administrativos desde a mesma data, o ALF C PE RC (01852101) Mónica Patrícia Matos Coelho, AMSJ.

24 de Maio de 2006. — Por subsubdelegação do Major-General DAMP, após subdelegação do Tenente-General AGE, por delegação do General CEME, o Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Portaria n.º 1039/2006 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército promover ao posto de alferes desde 9 de Maio de 2006, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade e os efeitos administrativos desde a mesma data, os aspirantes a oficial em seguida mencionados:

ASP SP Lic. Direito RC (08377798) Jorge Manuel Pereira Saraiva, BCS/CMSM.

ASP SP Lic. Direito RC (13485197) Tiago António Neves Ferreira, ChST.

24 de Maio de 2006. — Por subsubdelegação do Major-General DAMP, após subdelegação do Tenente-General AGE, por delegação do General CEME, o Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Direcção-Geral da Administração da Justiça**

Despacho (extracto) n.º 13 111/2006 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Maio de 2006 do subdirector-geral, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006):

Dália Ferreira Costa Andrade de Carvalho, operadora de reprografia do quadro de pessoal do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha, a auferir pelo escalão 7, índice 199 — reclassificada profissional e definitivamente como telefonista no mesmo quadro de pessoal, a auferir pelo escalão 7, índice 209. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado.)

1 de Junho de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 13 112/2006 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Maio de 2006 do Ministro da Justiça:

Licenciada Sílvia Isabel Gonçalves Pedrosa, coordenadora superior de investigação criminal do escalão 2 do quadro da Polícia Judiciária a exercer, em comissão de serviço, o cargo de directora do Departamento Central na Unidade de Informação Financeira na mesma

Polícia — renovada a referida comissão de serviço. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Junho de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto de Reinserção Social

Aviso n.º 6995/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que vai ser aberto procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de director do Centro Educativo de São Fiel.

Área de actuação — a indicada nos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 204-A/2001, de 26 de Julho.

Requisitos formais de provimento — os constantes no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Perfil pretendido:

Capacidade de liderança, sentido de responsabilidade, proactividade e autonomia;
Formação e experiência nas áreas funcionais do cargo a prover.

Métodos de selecção:

Avaliação curricular;
Entrevista pública.

Formalização das candidaturas — de acordo e no prazo indicado no anúncio a publicar na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt) e no dia útil imediato à presente publicação.

30 de Maio de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Aviso n.º 6996/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que vai ser aberto procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de chefe da Divisão de Coordenação e Apoio Técnico do Núcleo de Extensão de Braga.

Área de actuação — a indicada no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 204-A/2001, de 26 de Julho.

Requisitos formais de provimento — os constantes no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Perfil pretendido:

Capacidade de liderança, sentido de responsabilidade, proactividade e autonomia;
Formação e experiência nas áreas funcionais do cargo a prover.

Métodos de selecção:

Avaliação curricular;
Entrevista pública.

Formalização de candidaturas — de acordo e no prazo indicado no anúncio a publicar na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt) e no dia útil imediato à presente publicação.

30 de Maio de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

Serviços Sociais

Deliberação n.º 812/2006. — 1 — Nos termos dos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 129/2001, de 18 de Abril, o conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça deliberou por unanimidade delegar os poderes próprios do conselho de direcção e subdelegar os poderes previstos nas alíneas i), l), m) e p) do despacho n.º 13 099/2005, de 15 de Junho:

- No vogal João Carlos Ouro Sardinha, as competências para a prática de actos de gestão nas áreas orçamental e realização de despesa, Direcção de Recursos Humanos e Financeiros e Núcleo de Sistemas de Informação;
- No vogal Pedro Gonçalo Avilez Sá Nogueira Ferreira, as competências para a prática de actos de gestão na área da Direcção de Saúde e Acção Social, bem como as competências para autorizar a admissão de beneficiários, suspender o direito a benefícios ou cancelar a sua inscrição, nos termos da legislação aplicável.